

# Governo desapropria 28 imóveis para a 3ª Ponte

O governador Elcio Alvares assinou ontem decreto lei tornando de utilidade pública 28 imóveis em Vila Velha, nas imediações do canal da Costa, medindo aproximadamente 10.800 metros quadrados. A informação foi dada pelo secretário de Comunicação Social, José Carlos Monjardim Cavalcanti, adiantando que a medida visa à construção dos acessos à terceira ponte, do lado do continente, cujo início das obras deve ocorrer até o dia 18 próximo.

Monjardim informou também que dentro das próximas 48 ou 72 horas a Secretaria do Interior e dos Transportes emitirá a ordem de início das obras da ponte à firma construtora Usimec — subsidiária do Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico (BNDE), cujo contrato está orçado em Cr\$ 900 milhões — valor que, reajustado, deve elevar-se para Cr\$ 1,5 a Cr\$ 1,7 bilhão.

A Usimec, por sua vez, está contratando a prestação de serviços de outras firmas construtoras, para participarem na execução do projeto da terceira ponte, tendo até agora contratado a firma Odebret (Construtora Roberto Odebret), pertencente a iniciativa privada. Para fiscalizar os trabalhos dessas empresas o Governo do Estado criou ontem uma "Comissão de Construção de Terceira Ponte" (Ceterpo), que será presidida pelo engenheiro Jorge Minassa.

Adiantou-se também que, após a instituição da Ceterpo, o Departamento de Estradas de Rodagem do Estado (DER) foi designado a iniciar ainda ontem a implantação da infra-estrutura necessária à instalação do canteiro de obras, na enseada da Praia do Suá, mediante a colocação no local de força e luz, água e terraplenagem da área.

## DESAPROPRIAÇÃO

Em atitude semelhante à adotada na enseada da Praia do Suá, em Vitória, onde o Governo do Estado conseguiu liminar da Justiça, no último dia 26, para desapropriação de duas áreas de terreno pertencentes às firmas Urbe S/A e Fibras S/A — ambas medindo mais de 200 mil metros quadrados, — o decreto lei assinado ontem pelo governador Elcio Alvares torna de utilidade pública 28 áreas em Vila Velha, nas imediações do 38º Batalhão de Infantaria e do terminal aquaviário.

Após a publicação, no Diário Oficial, do decreto de desapropriação, o Governo do Estado — a exemplo do que ocorreu no caso da Praia do Suá — deverá ingressar na Justiça, Vara dos Feitos da Fazenda Pública, com uma ação nesse sentido. Nela deverão ser anexados valores correspondentes à indenização prévia de cada terreno, conforme exigências legais.

De acordo com o secretário José Carlos Monjardim, o valor do depósito para cada área desapropriada em Vila Velha ainda não é conhecido, devendo oscilar conforme os terrenos em questão e as benfeitorias existentes, ou conforme os valores cadastrados na Prefeitura local, a exemplo do que foi feito em Vitória, na enseada da Praia do Suá.

Os terrenos a serem atingidos pela ação de desapropriação do Governo do Estado pertencem às seguintes pessoas: Clemar Passos Garcia e/ou à Comunidade Eumênica da Praia da Costa;

Guilherme Batalha Lamego e a Comunidade Eumênica da Praia da Costa; Higinio Lyra Barbosa; Comunidade Eumênica da Praia da Costa; Manoel Eduardo Brun; Alvo Alberto Carnele; Paulo Benjamin Soares; José Ramos Neto; Mário Lopes Mauta; José Jorge Ramos; sem proprietário identificado o lote 13 da Quadra 16; Werter Luiz Muller; Gilverto Siqueira Rangel; Augusto Cruz Sobrinho; Arnóbio Mello de Marais; Angelo Agostini Muniz; José Francisco Q. Cerqueira e Souza; Imobiliária Praia da Costa; José de Azevedo; Alfredo C. de Oliveira; Mariana P. Figueiredo; Rackel de Azevedo Rio; João Manoel Azevedo Aguiar e Rackel de Azevedo Rio; Jadir da Silva Primo; Luiz Guilherme Loureiro; Américo Menezes.

Segundo decreto governamental, as desapropriações em Vila Velha se destinam às obras de construção da terceira ponte e respectivos acessos, ligando a ilha de Vitória àquele município, as quais serão promovidas "pelo Governo do Estado do Espírito Santo, sob regime de urgência".

## EMPOLGAÇÃO

Os setores mais influentes do Governo do Estado mostram-se a cada dia, mais empolgados com o início de construção da terceira ponte e a afastam qualquer dúvida de possíveis entraves nesse processo. Esse tipo de comportamento, constatado nas Secretarias ligadas ao assunto, ficou patente também em relação ao Secretário José Carlos Monjardim Cavalcanti, da Comunicação Social.

Monjardim, aliás, adiantou um esquema de informação à imprensa, que entrará em funcionamento a partir do início das obras da terceira ponte. Segundo ele, os serviços "serão de tal volume" que periodicamente serão convidados os repórteres, para entrevistas coletivas com os componentes da Comissão de Construção da Terceira Ponte (Ceterpo), vinculada à Secretaria do Interior e dos Transportes.

O objetivo dessa atitude, conforme explicou, seria evitar o desencontro de informações, "com uma pessoa dizendo uma coisa e outra pessoa, coisa diferente". Frisou também que "o trabalho da imprensa não será cerceado em nenhuma etapa da construção da ponte", ressaltando que a principal finalidade da medida "é uniformizar as informações".

Consultado sobre a viabilização dos recursos necessários à execução do projeto, orçados em Cr\$ 900 milhões — fase inicial — Monjardim Cavalcanti disse que até ser liberada a quantia, que será obtida na Inglaterra, o Governo do Estado dispõe de uma dotação orçamentária de aproximadamente Cr\$ 140 milhões, consideradas suficientes para tocar os serviços durante 120 dias.

Quanto à emissão da ordem de serviços à construtora Usimec, e que estava na dependência da liberação pela Justiça das áreas desapropriadas na enseada da Praia do Suá, o secretário de Comunicação Social informou que "já não existe nenhum problema legal". Acrescentou também que a ordem de serviço deve ser expedida "dentro de 48 a 72 horas, quando está prevista a presença de um representante da Usimec em Vitória".